



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Reitoria
Conselho de Graduação e Educação Profissional



Conselho de Graduação e Educação Profissional

COGEP

PROCESSO N°. 005/12-COGEP

Comissão Especial

PROPONENTE: UTFPR

Data de entrada: 08/03/12.

**PROPOSTA DO REGULAMENTO DO NÚCLEO
DOCENTE ESTRUTURANTE DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DA UTFPR**

Data	Destino



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional



REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UTFPR

Curitiba
Novembro de 2011



SEÇÃO I

DOS OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS

Art. 1.º - O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de graduação, da UTFPR.

Art. 2.º - O NDE é um órgão consultivo da coordenação de curso, responsável pelo processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do curso.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3.º - São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I. Elaborar, acompanhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e/ou estrutura curricular e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica do curso para apreciação;
- II. Avaliar, constantemente, a adequação do perfil profissional do egresso do curso;
- III. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas;
- IV. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas pública relativas à área do conhecimento;
- V. Zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação;
- VI. Propor, no PPC, procedimentos e critérios para a auto avaliação do curso;
- VII. Propor os ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na autoavaliação e na avaliação externa;
- VIII. Convidar consultores *ad hoc* para auxiliar nas discussões do projeto pedagógico do curso;
- IX. Levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que interfiram na formação do perfil profissional do egresso;
- X. Propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando a sua formação continuada.



SEÇÃO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4.º - O Núcleo Docente Estruturante terá a seguinte constituição:

- I. A Coordenação de Curso, como seu presidente;
- II. No mínimo de 5 docentes pertencentes ao corpo docente do curso, preferencialmente garantindo-se a representatividade das áreas do curso e de docentes que participaram do projeto do curso.

§ 1.º - Pelo menos 60% dos membros do NDE devem ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* dando preferência para aqueles portadores do título de doutor, quando houver.

§ 2.º - Todos os membros do NDE devem ter regime de trabalho de tempo integral.

Art. 5.º - A indicação dos membros do NDE será feita por meio de procedimentos estabelecidos pelo Colegiado de Curso, tomando como base os critérios definidos no Art. 4.º.

§ 1.º - Na indicação dos membros do NDE deve-se prever a renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a garantir a continuidade do processo de acompanhamento do curso.

§ 2.º - Nos cursos em que não exista colegiado de curso constituído, os representantes do NDE serão indicados pela Diretoria de Graduação e Educação Profissional.

SEÇÃO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 6.º - Compete ao Presidente do NDE:

- I. Convocar e presidir as reuniões, com direito ao voto de qualidade (voto de desempate);
- II. Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- III. Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE;
- IV. Designar um membro do NDE para secretariar e lavrar as atas;
- V. Coordenar a integração do NDE com os demais Colegiados e setores da instituição.



SEÇÃO V

DAS REUNIÕES

Art. 7.º - O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação do Presidente, de acordo com calendário estabelecido no início do período letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo Único - No início de cada semestre letivo, no período de planejamento de ensino, o Presidente do NDE deve encaminhar à Diretoria de Graduação o calendário de reuniões, prevendo a realização de pelo menos uma reunião.

Art. 8.º - As reuniões funcionarão com 2/3 (dois terços) dos seus membros. Constatada a falta de quorum, o início da sessão fica transferido para 15 (quinze) minutos e, após este prazo, funcionarão com maioria simples.

Parágrafo Único - Esgotados os 15 (quinze) minutos e não sendo atingido o número mínimo, a reunião será cancelada e os professores que não atenderam a convocação se sujeitarão as penalidades previstas no Art. 9.º

Art. 9.º - O membro que, por motivo de força maior, não puder comparecer à reunião justificará a sua ausência antecipadamente ou imediatamente após cessar o impedimento.

§ 1.º - Toda justificativa deverá ser apreciada pelo NDE na reunião subsequente.

§ 2.º - Se a justificativa não for aceita, será atribuída falta ao membro no dia correspondente.

§ 3.º - O membro que faltar, sem justificativa aceita, a duas reuniões seguidas ou a quatro alternadas no período de 12 (doze) meses, será destituído de sua função.

Art. 10 - A pauta das reuniões ordinárias, indicadas na convocação constará de três partes, na seguinte ordem:

- I. Expediente;
- II. Ordem do dia; e
- III. Comunicação dos membros.

Art. 11 - As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.



Art. 12 - Após cada reunião lavrar-se-á a ata, que será discutida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo presidente e secretário e publicada.

SEÇÃO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 13 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Diretoria de Graduação e Educação Profissional.

Art. 14 - Os cursos com NDE já estabelecidos tem um prazo de até 2 (dois) anos para adaptar-se a este regulamento.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Conselho de Graduação e Educação Profissional



PROCESSO Nº: 005/12-COGEP

PARECER Nº: 01/12

ANALISADO EM: 15/03/12

COMISSÃO ESPECIAL

ASSUNTO: Proposta do Regulamento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação da UTFPR

RELATOR: Prof.^a Olga Harumi Saito

PARECER FINAL

Considerando que as alterações sugeridas no Conselho de Graduação e Educação Profissional, foram atendidas e/ou justificadas, sou favorável à aprovação do projeto.

Cons. Olga Harumi Saito

RELATORA



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Conselho de Graduação e Educação Profissional
Comissão Especial

UTFPR
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ



Do: Presidente da Comissão Especial designada pela portaria nº 001/12-COGEF

Ao: Sr. Presidente do Conselho de Graduação e Educação Profissional

Ref.: *Processo n.º 005/12-COGEF*

“Proposta do Regulamento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação da UTFPR”.

A Comissão especial acompanha, por unanimidade, o voto do relator.

Curitiba, 02 de abril de 2012.

PROF. ÁLVARO PEIXOTO DE ALENCAR NETO
PRESIDENTE DA CELIB